

DESIGUALDADE NO BRASIL:

FATOS, DETERMINANTES E POLÍTICAS DE COMBATE

Ricardo Barros
(coordenador)

Mônica Bahia
Viviane Carvalho
Carlos Corseuil
Daniela Costa
Miguel Foguel
Renata Guagliardi
José Carlos Leite
Phillippe George Leite
Robson Lima
Flávia Loureiro
Rosane Mendonça
Giovani Ramalho
Alinne Veiga

Setembro de 1997

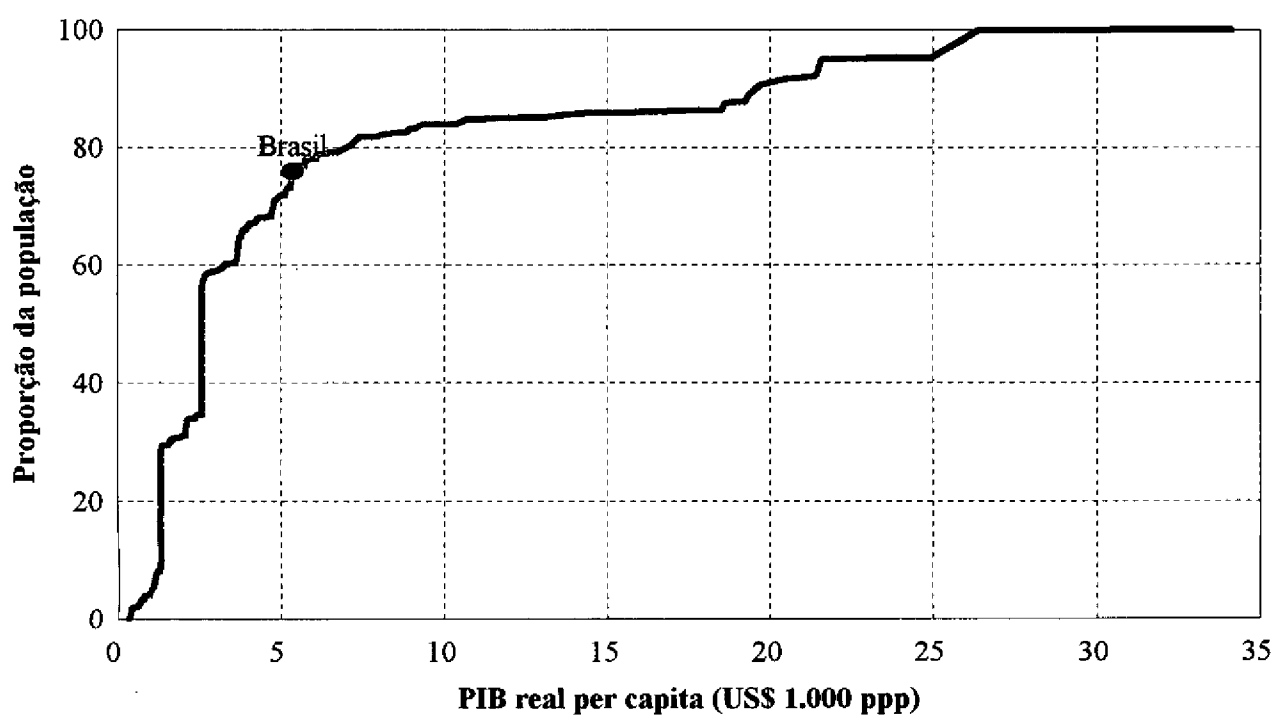
***DESIGUALDADE NO BRASIL:
FATOS, DETERMINANTES E POLÍTICAS DE COMBATE***

Parte 1:

**Estrutura e Evolução Recente da
Desigualdade e da Pobreza**

O Brasil tem um nível de renda per capita suficiente para não ser considerado um país pobre: mais de 75% da população mundial vive em países com uma renda per capita inferior à do Brasil

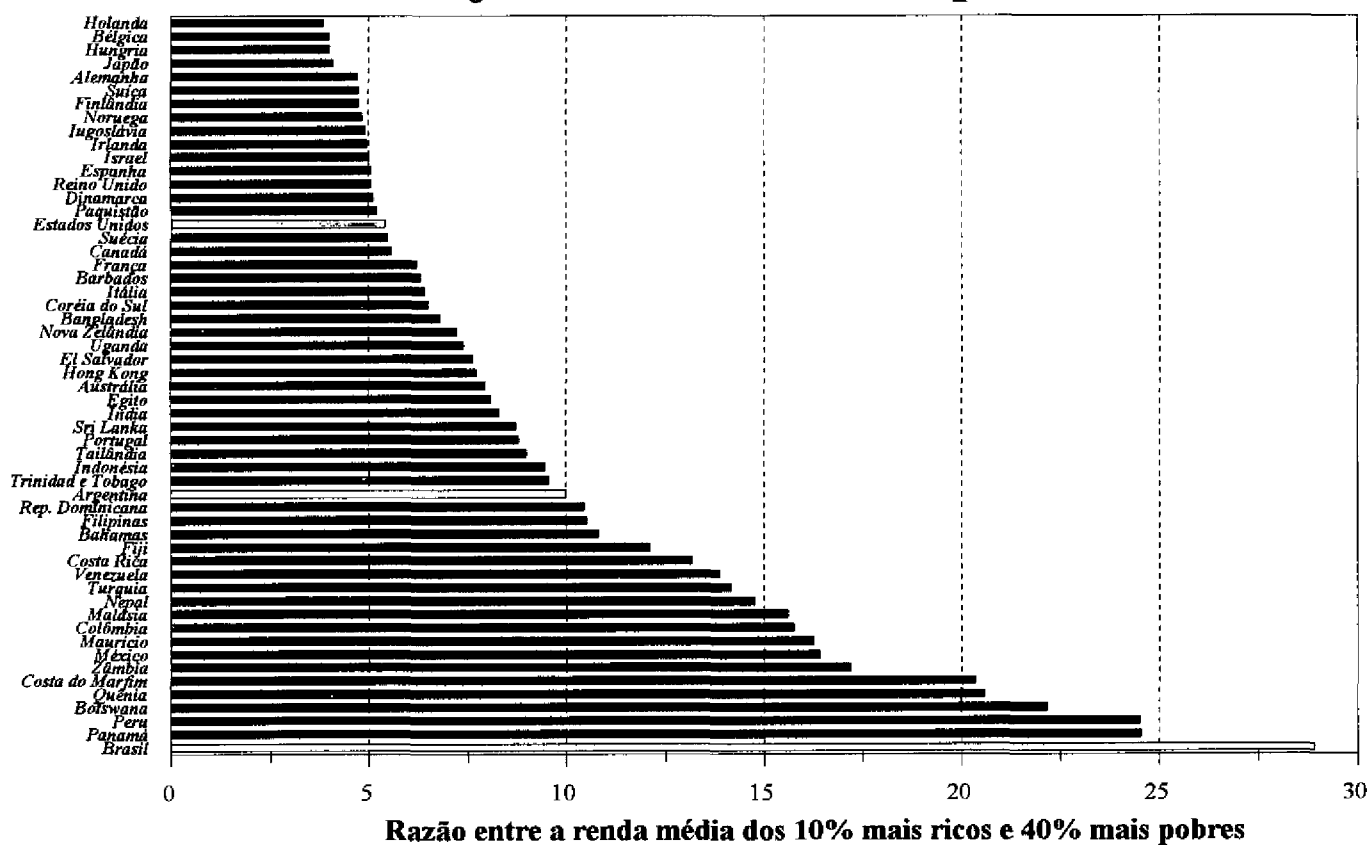
Proporção da população mundial que vive nos países mais pobres: distribuição acumulada da renda



Fonte: Construído com base nas informações contidas no Human Development Report (UNDP) de 1997.

A desigualdade de renda no Brasil é uma das maiores do mundo: a renda média dos 10% mais ricos é cerca de 30 vezes maior que a dos 40% mais pobres

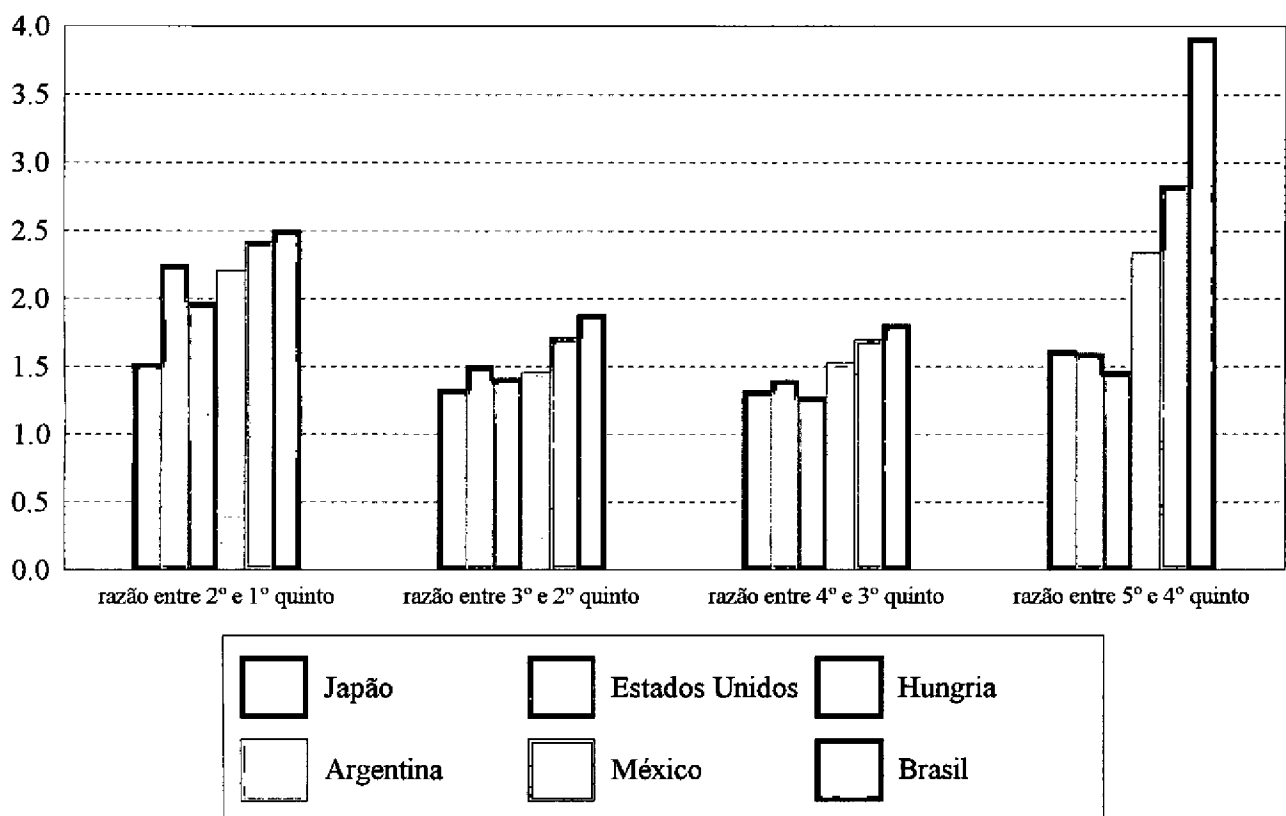
Grau de desigualdade da renda para um conjunto selecionado de países



Fonte: Barros e Mendonça (1995).

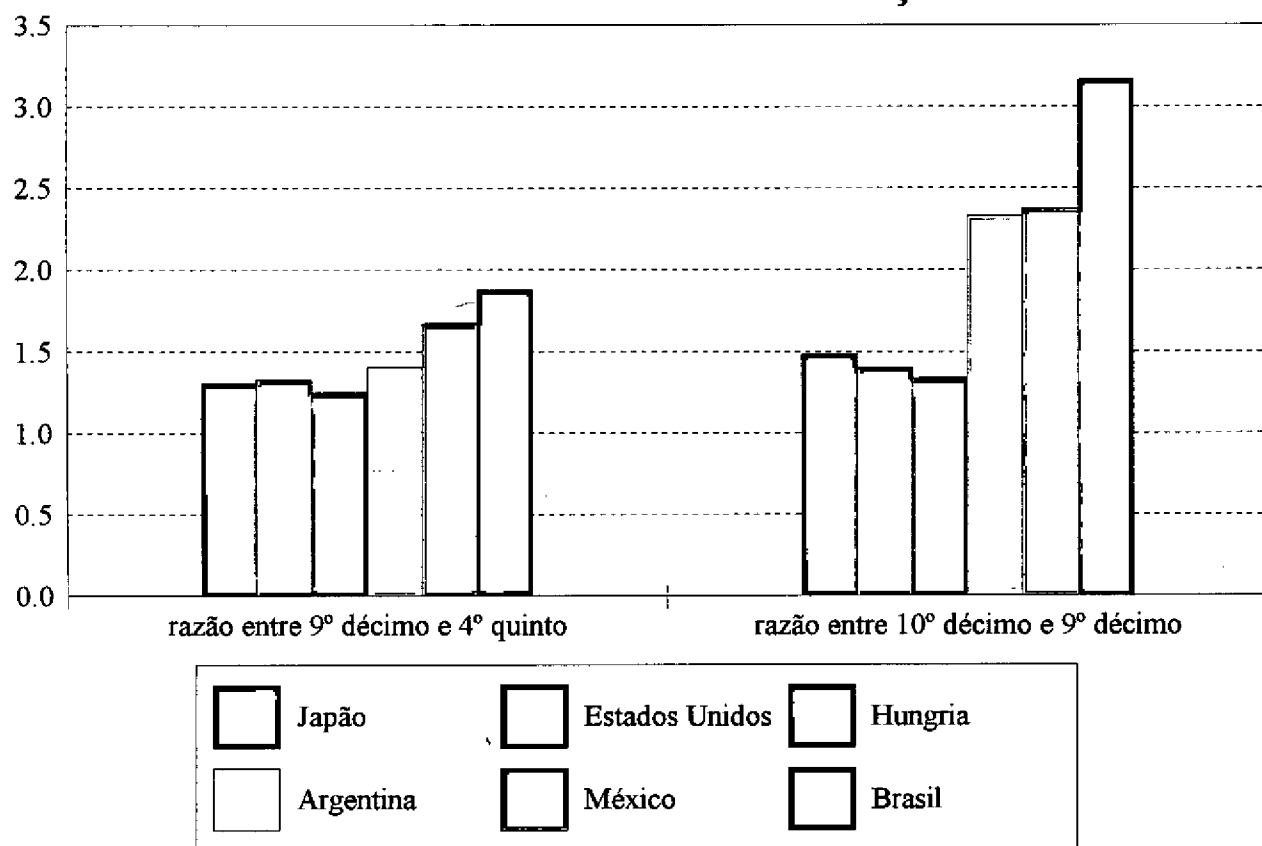
Não é a presença do super pobre que faz do Brasil um país desigual, mas sim a elevadíssima renda média dos mais ricos: a desigualdade entre os 80 % mais pobres no Brasil é tão elevada quanto em outros países como os Estados Unidos.

Razão entre a renda média dos quintos consecutivos da distribuição



Fonte: Barros e Mendonça (1995).

Razão entre a renda média dos décimos consecutivos da distribuição



Fonte: Barros e Mendonça (1995).

**A desigualdade tem sistematicamente
crescido no Brasil. Ela é hoje bem mais
elevada do que na primeira metade da
década de 80**

Evolução temporal da desigualdade*

Indicadores de desigualdade	Ano														
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995		
Proporção da renda apropriada pelos 10% mais pobres	0,78	0,76	0,76	0,82	0,76	0,81	0,67	0,59	0,54	0,58	0,40	0,38	0,43		
Proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres	2,5	2,4	2,4	2,6	2,4	2,5	2,2	2,0	1,9	2,0	1,9	1,8	1,9		
Proporção da renda apropriada pelos 30% mais pobres	5,0	4,8	4,8	5,1	4,8	5,0	4,5	4,1	3,8	4,1	4,3	4,1	4,2		
Proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres	8,4	8,1	8,1	8,4	8,0	8,4	7,7	7,2	6,6	7,1	7,8	7,6	7,3		
Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres	12,9	12,5	12,3	12,7	12,3	12,8	12,0	11,2	10,4	11,2	12,4	11,6	11,6		
Coefficiente de Gini	0,59	0,60	0,60	0,59	0,60	0,60	0,61	0,62	0,64	0,62	0,59	0,61	0,61		
Grau de desigualdade**	82 0	78 0	78 0	92 0	78 0	89 0	57 0	38 -4	26 -11	36 -4	7 -6	0 -10			

Fonte: Construída com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: *A distribuição utilizada é a de indivíduos segundo a renda familiar per capita.

**O primeiro número refere-se ao incremento na renda de 1995, medido como percentual da renda do ano da coluna, necessário para que 1995 tenha um nível de pobreza menor que o do ano referido. O segundo número refere-se ao decréscimo na renda de 1995, medido como percentual da renda do ano da coluna, necessário para que 1995 tenha um nível de pobreza maior que o do ano referido.

O ano de 1995 não é comparável com o ano referido na coluna.

O ano de 1995 mostra um valor melhor para o indicador em questão do que o ano referido na coluna.

O ano de 1995 mostra um valor pior para o indicador em questão do que o ano referido na coluna.

O nível atual de pobreza é comparável com o da primeira metade da década de 80 porém menor do que o observado no início da década de 90

Evolução temporal da pobreza*

Indicadores de pobreza	Ano																							
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995											
Renda média do primeiro décimo da distribuição	11	12	9	11	12	18	10	8	11	9	7	7	9											
Renda média do segundo décimo da distribuição	20	21	16	19	21	29	18	15	20	18	16	17	19											
Renda média do terceiro décimo da distribuição	27	28	22	25	28	40	26	20	29	25	25	25	28											
Renda média do quarto décimo da distribuição	34	36	27	32	36	50	33	27	37	33	33	34	37											
Renda média do quinto décimo da distribuição	41	44	34	39	45	62	41	34	47	42	42	43	47											
Grau de pobreza**	33	-19	42	-10	8	-31	29	-22	45	-7	107	24	21	-12	-9	-28	24	2	10	-10	-8	-19	-7	-17

Fonte: Construída com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: *A distribuição utilizada é a de indivíduos segundo a renda familiar per capita.

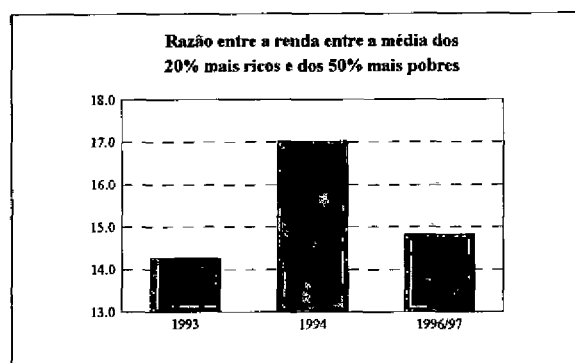
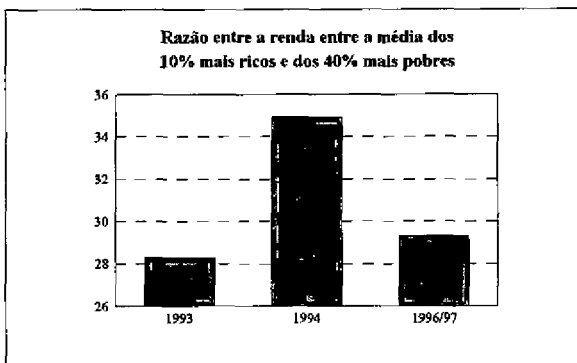
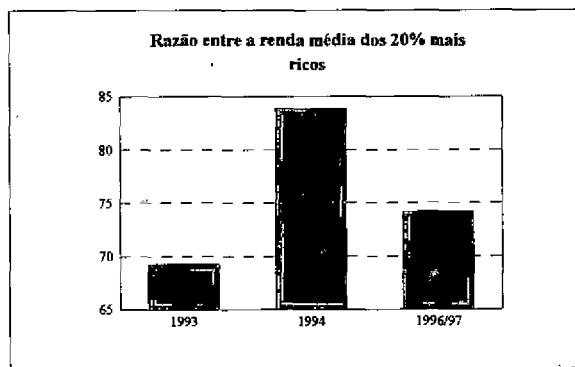
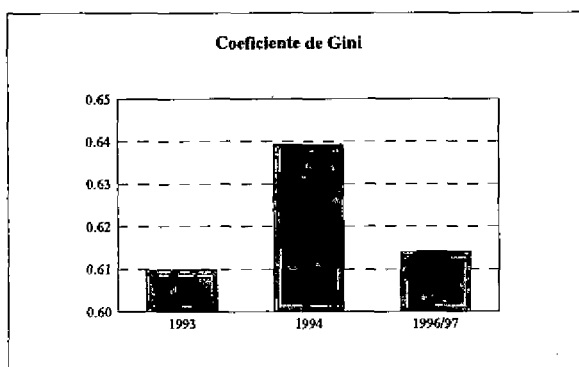
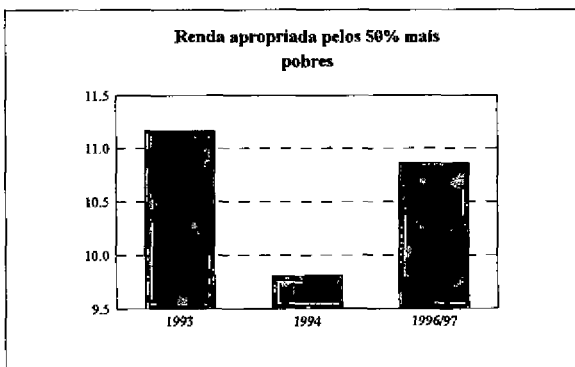
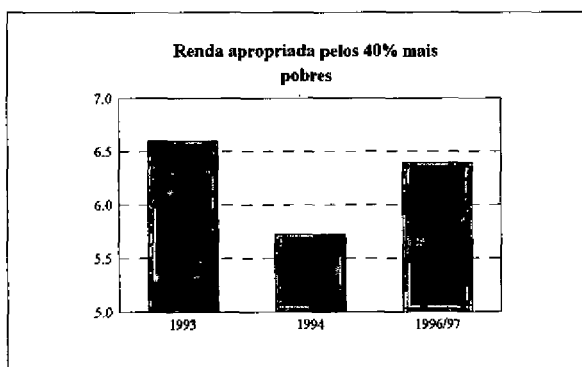
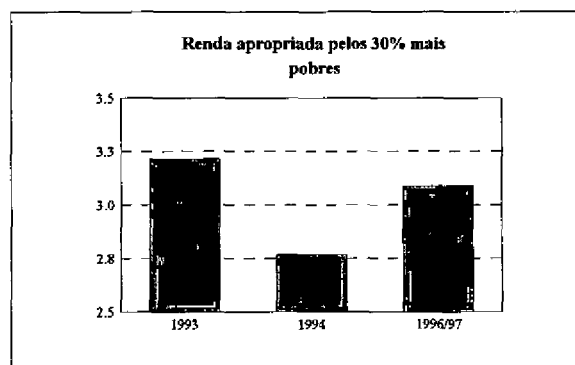
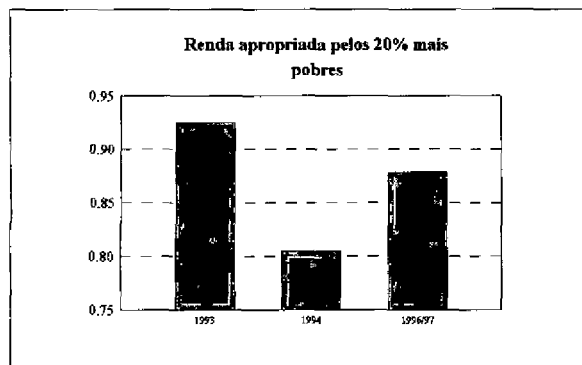
**O primeiro número refere-se ao incremento na renda de 1995, medido como percentual da renda deste ano, necessário para que 1995 tenha um nível de pobreza menor que o do ano da coluna.

O segundo número refere-se ao decréscimo na renda de 1995, medido como percentual da renda deste ano, necessário para que 1995 tenha um nível de pobreza maior que o do ano da coluna.

O ano de 1995 não é comparável com o ano referido na coluna.

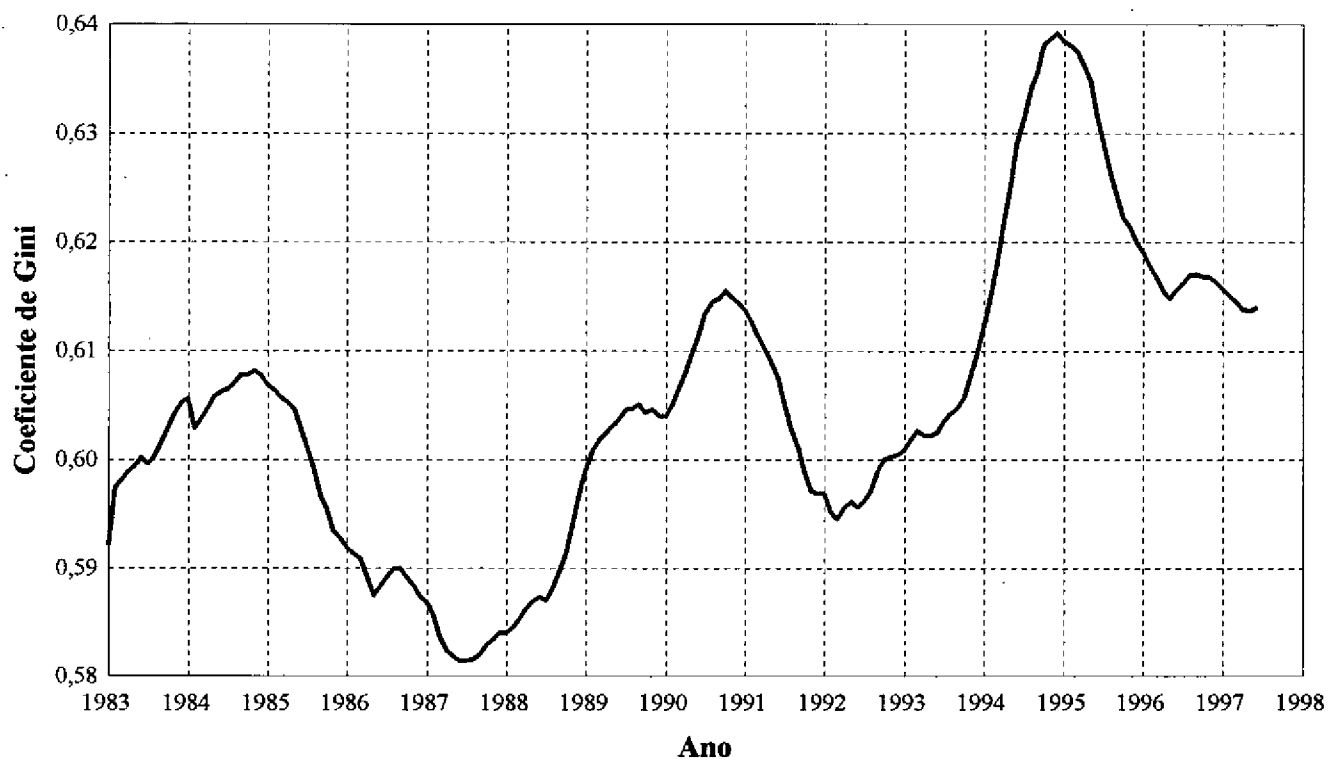
O ano de 1995 mostra um valor melhor para o indicador em questão do que o ano referido na coluna.

O ano de 1995 mostra um valor pior para o indicador em questão do que o ano referido na coluna.



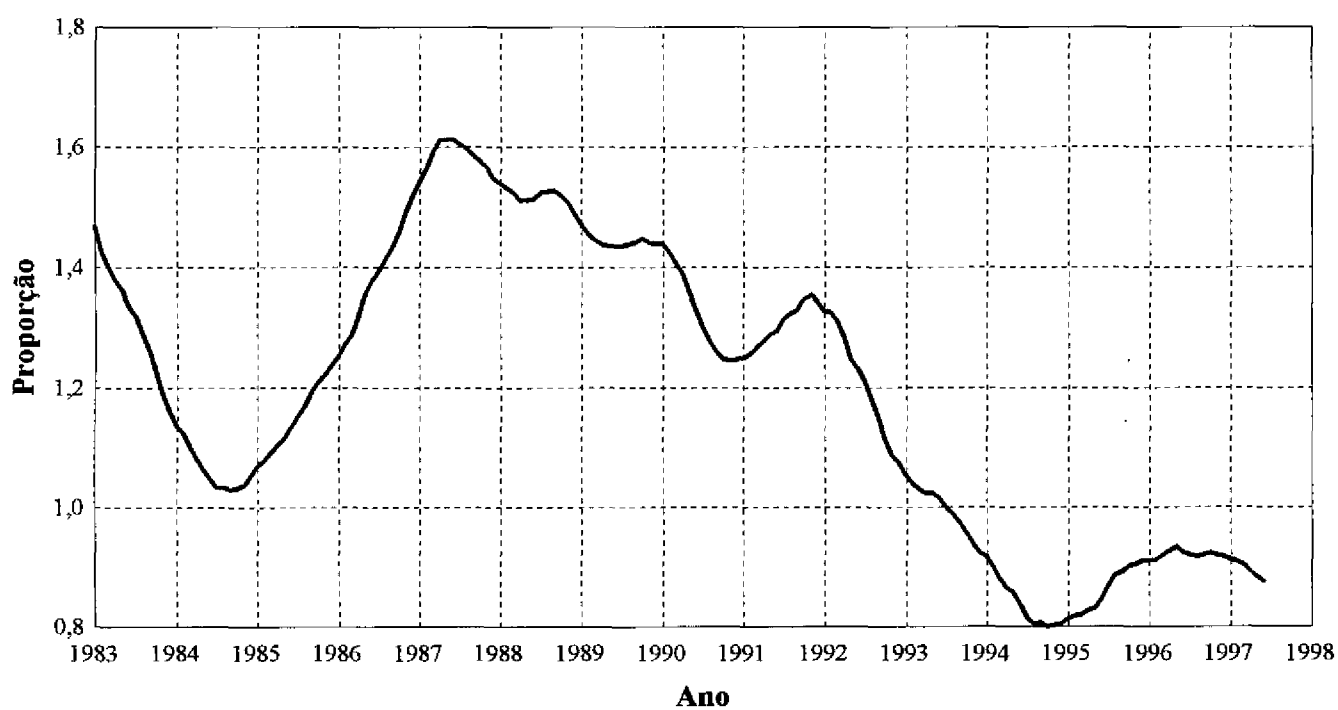
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.
 Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

Evolução temporal do Coeficiente de Gini Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

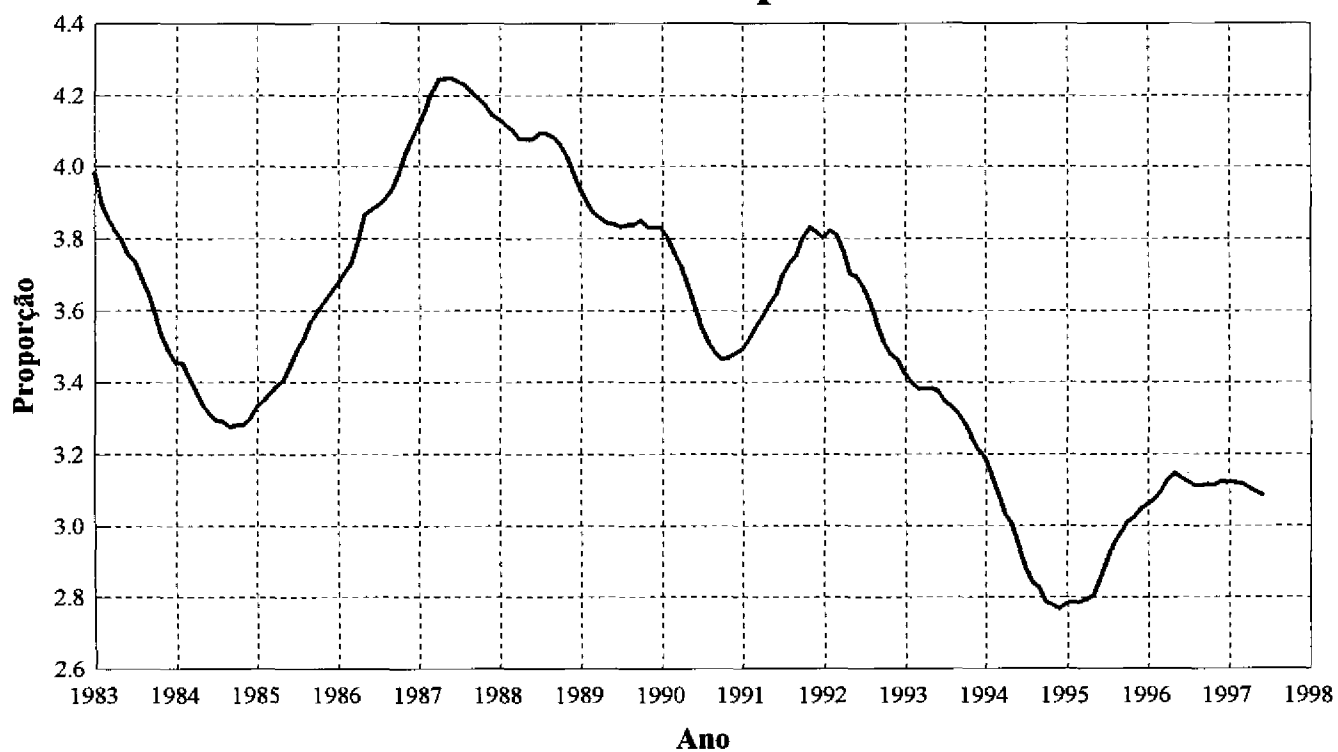
Evolução temporal da proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.

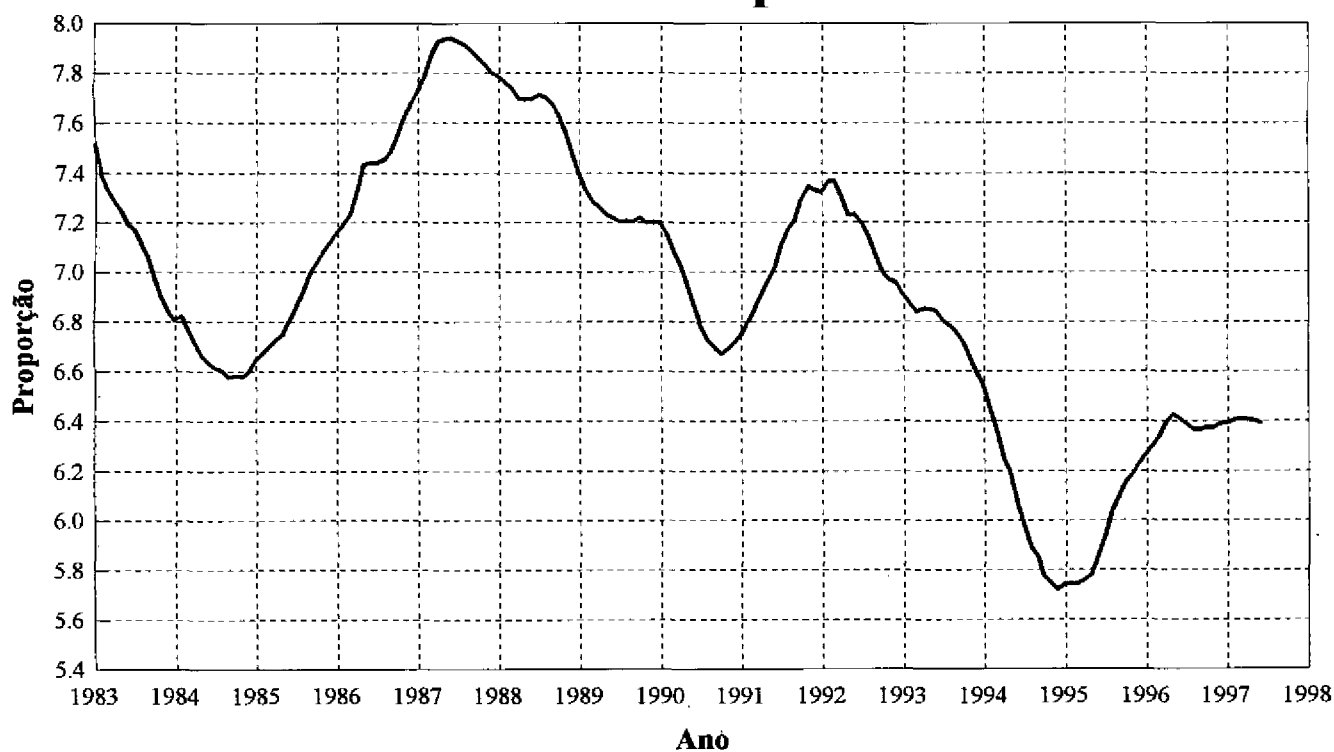
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

Evolução temporal da proporção da renda apropriada pelos 30% mais pobres Brasil Metropolitano



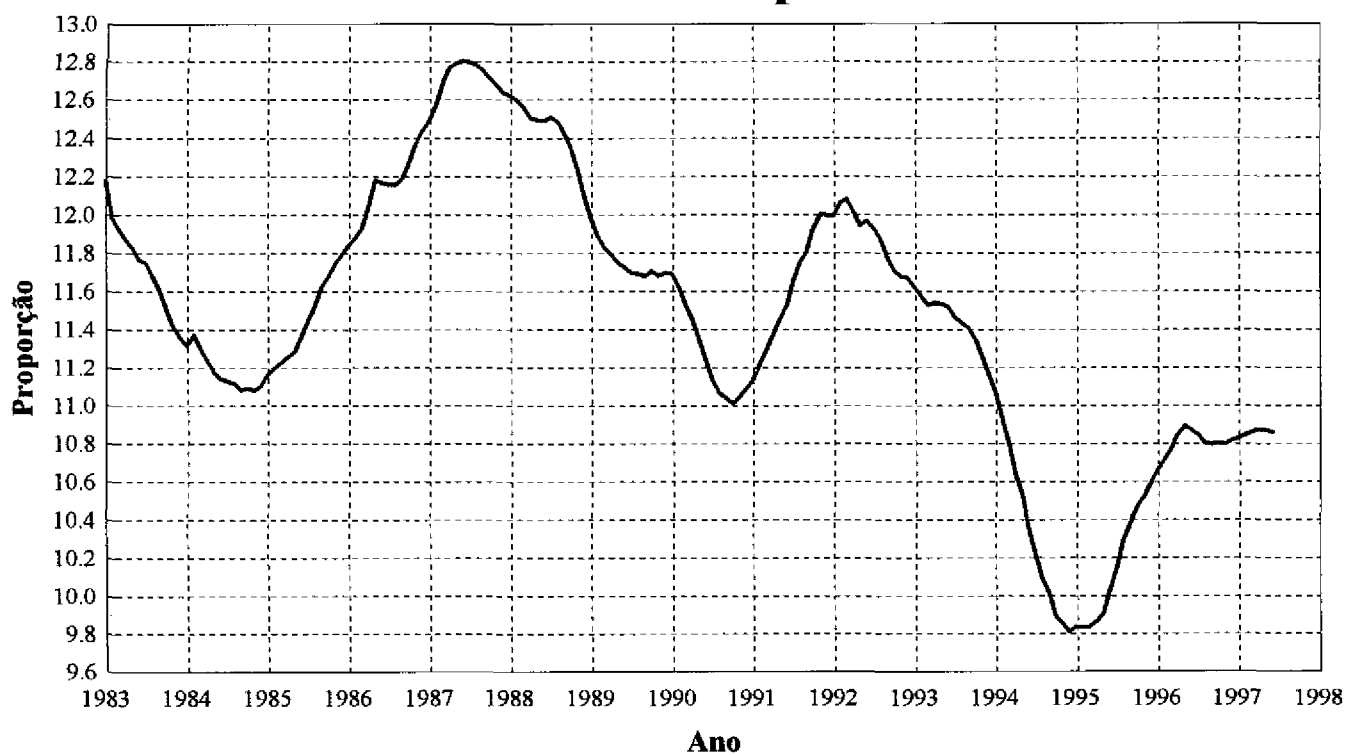
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

Evolução temporal da proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

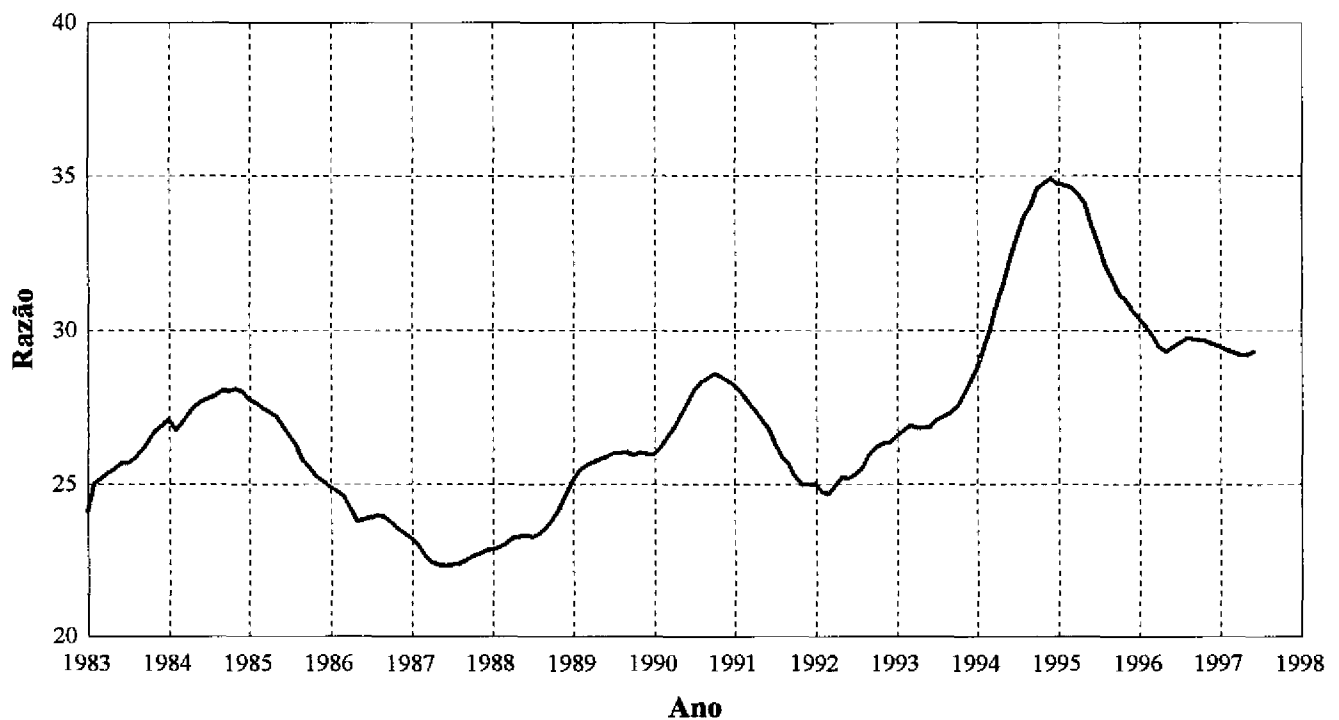
Evolução temporal da proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.

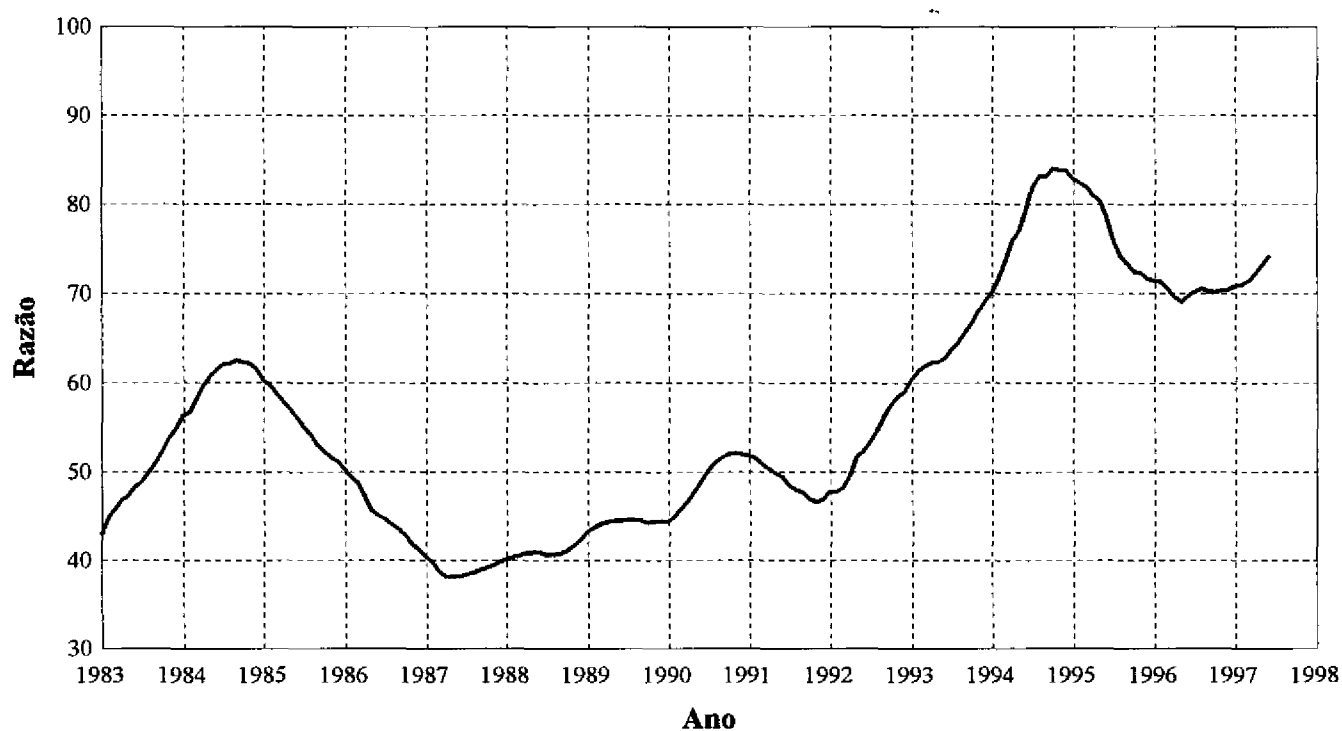
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres Brasil Metropolitano



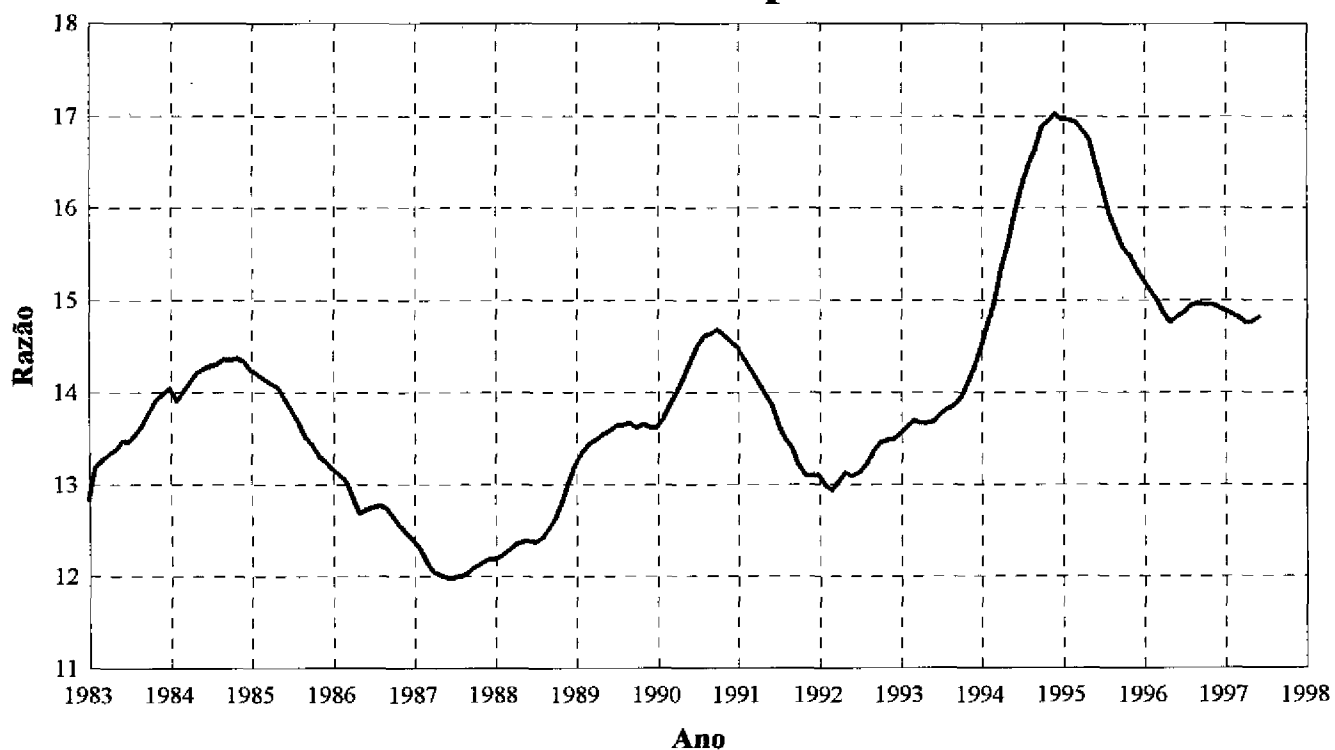
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

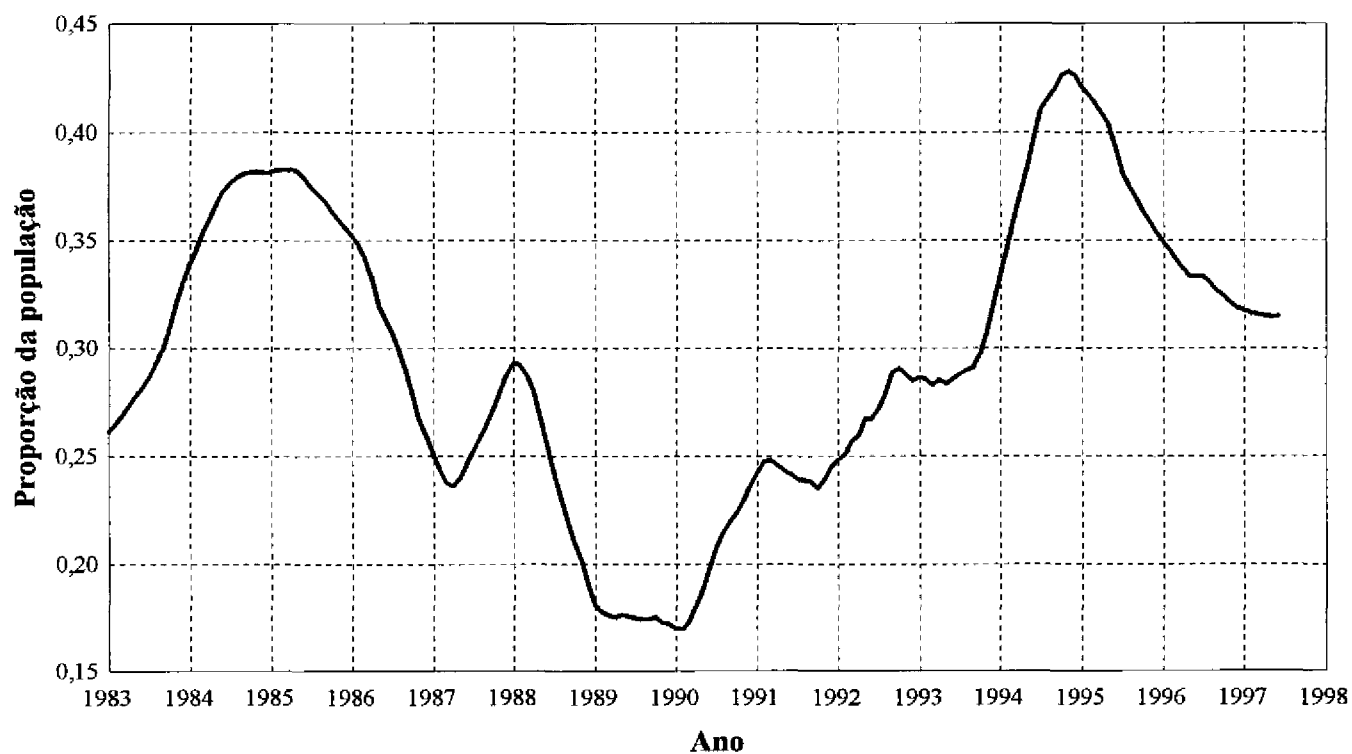
Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 50% mais pobres Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.
Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita.

O nível de pobreza vem declinando desde do início de 1995, mas ainda é bem maior do que o alcançado na segunda metade da década de 80

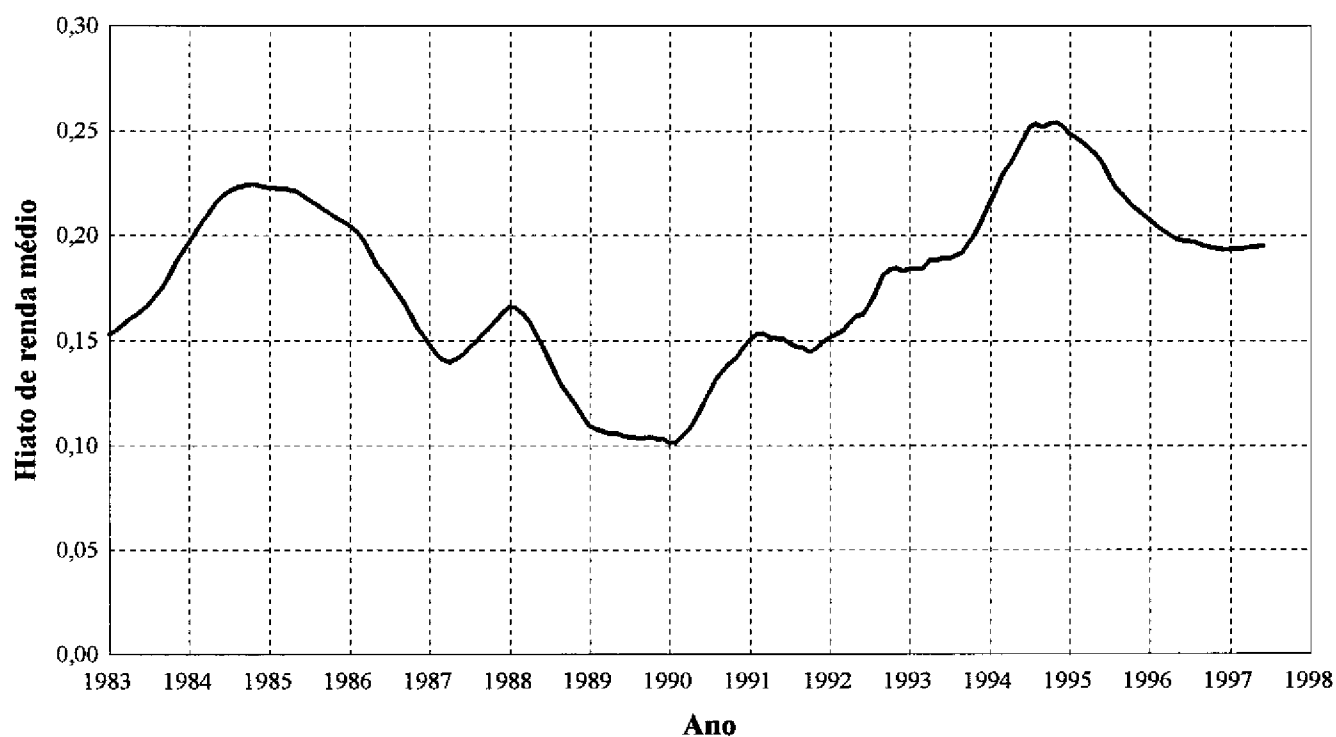
Proporção da população abaixo da linha de pobreza Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.

Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita. A linha de pobreza utilizada para o cálculo deste indicador foi de 0,5 salário mínimo.

Evolução da pobreza: hiato de renda médio Brasil Metropolitano

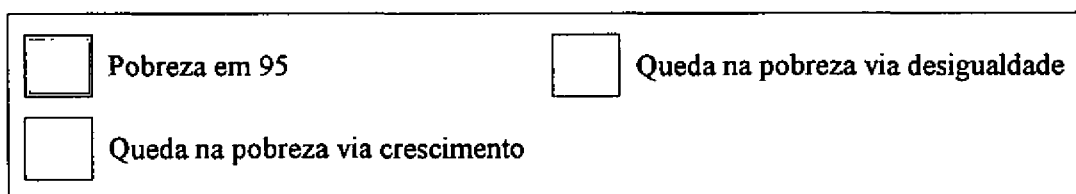
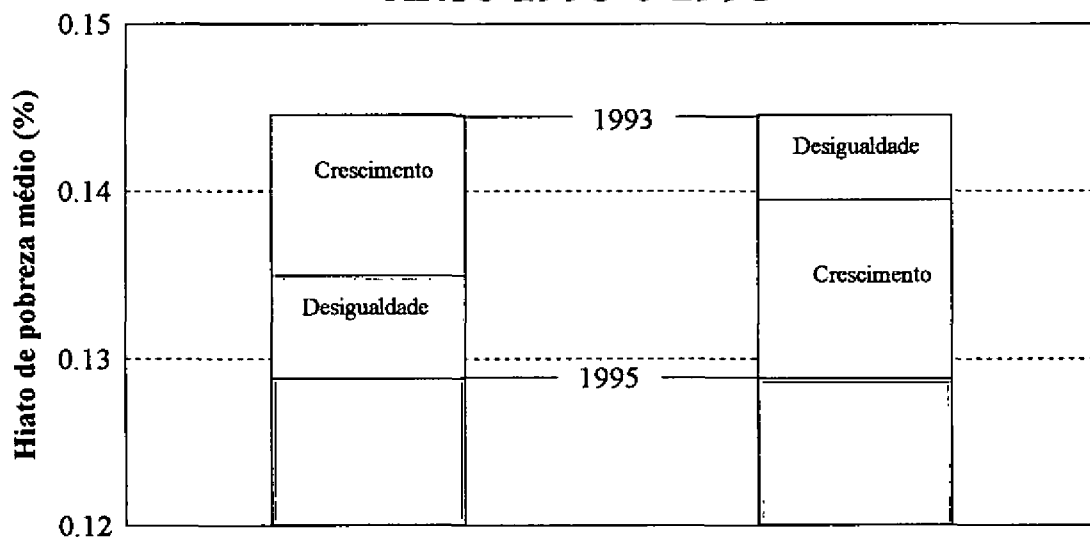


Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 1982 a junho de 1997.

Nota: A distribuição utilizada foi a de indivíduos segundo a renda domiciliar de todos os trabalhos per capita. A linha de pobreza utilizada para o cálculo deste indicador foi de 0,5 salário mínimo.

**A queda no nível de pobreza entre 1993 e 1995
foi muito mais um resultado do crescimento
econômico do que da queda na desigualdade**

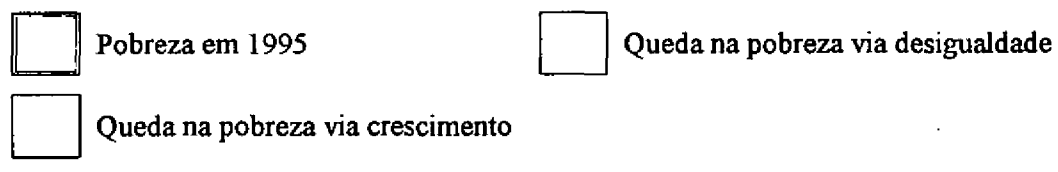
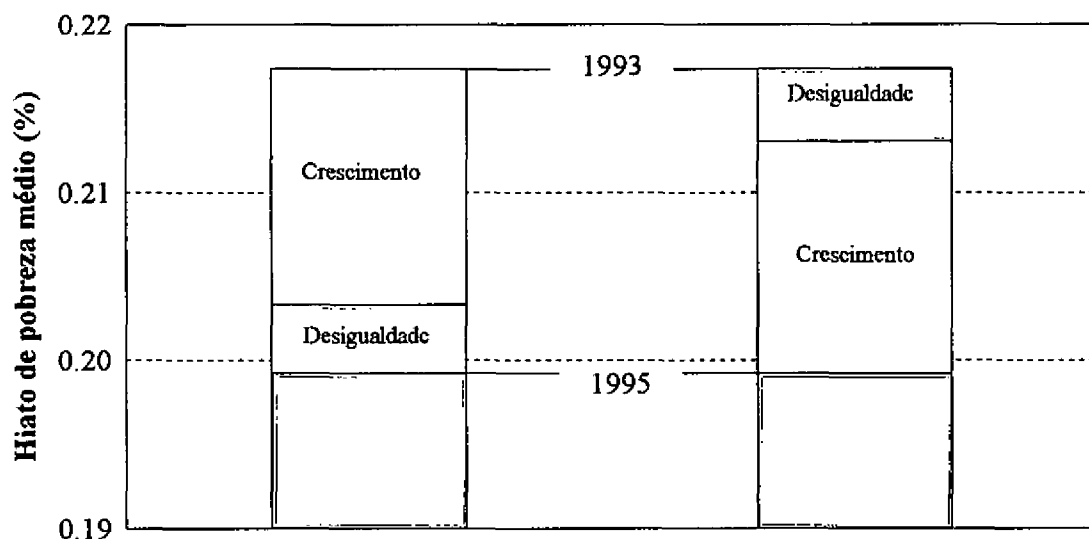
A contribuição do crescimento econômico e da queda na desigualdade para a queda no nível da pobreza entre 1993 e 1995



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 e 1995.

Nota: Linha de pobreza de R\$50,00.

A contribuição do crescimento econômico e da queda na desigualdade para a queda no nível da pobreza entre 1993 e 1995



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 e 1995.

Nota: Linha de pobreza de R\$75,00.

DESIGUALDADE NO BRASIL:

FATOS, DETERMINANTES E POLÍTICAS DE COMBATE

Parte 2:

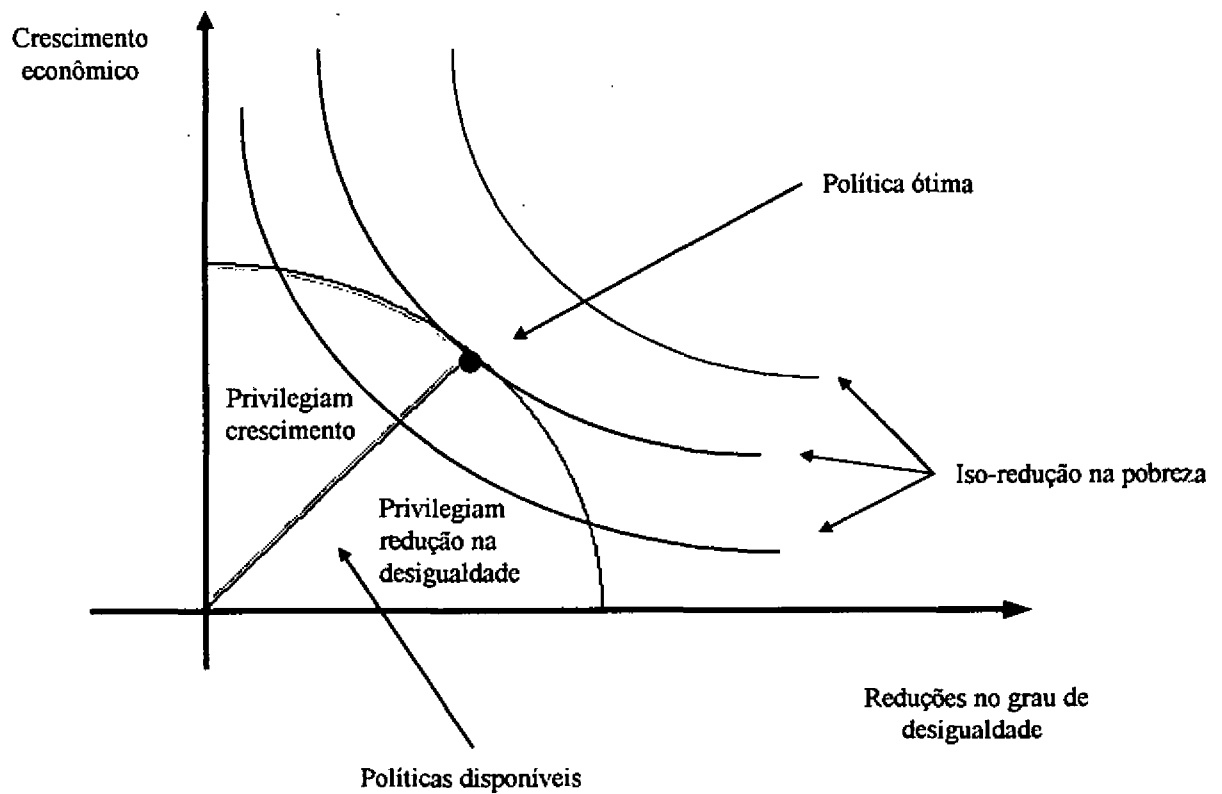
**Os efeitos do Crescimento Econômico
e das Reduções no Grau de Desigualdade
sobre a Pobreza**

**Para combater a pobreza é melhor crescer ou
reduzir a desigualdade?**

**No caso brasileiro, o combate à pobreza deve
priorizar reduções na desigualdade?**

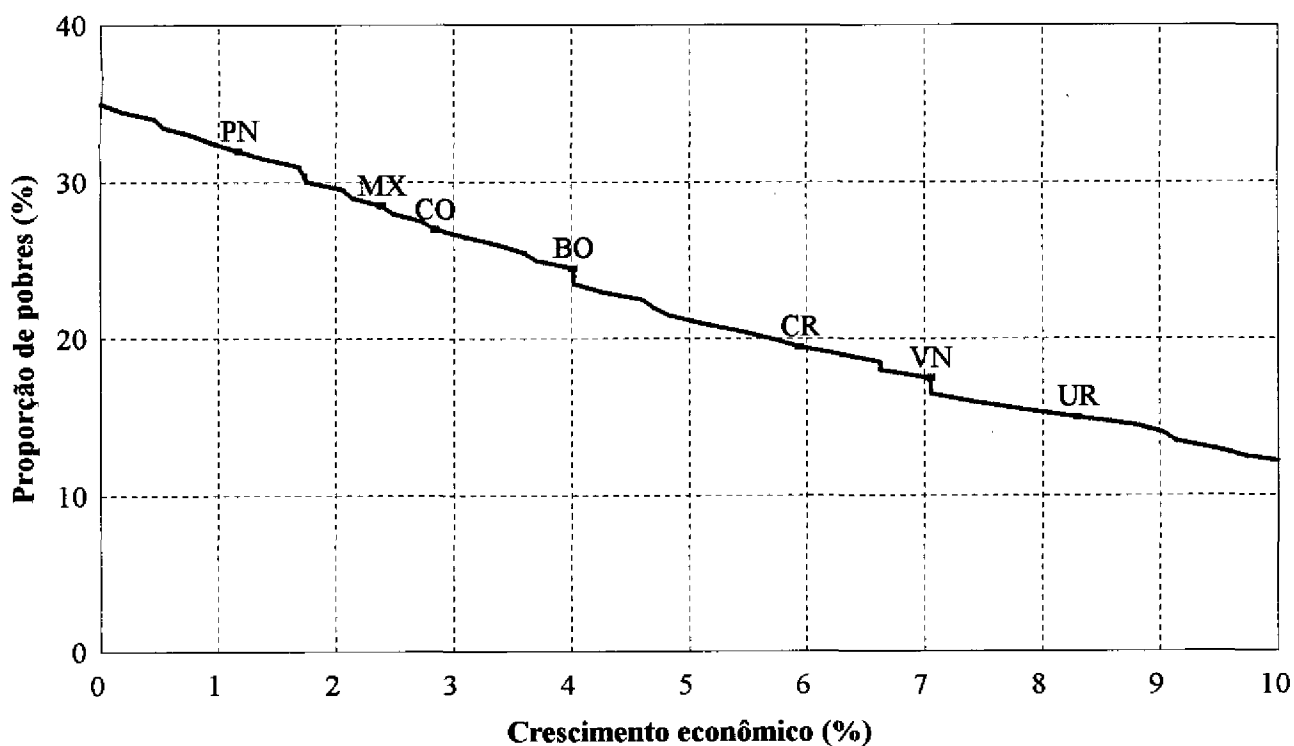
**A política econômica brasileira tem sido
enviesada pró-crescimento?**

Escolha da política ótima no combate à pobreza



Para o Brasil, o crescimento é menos necessário para eliminar a pobreza do que reduções na desigualdade: por exemplo, uma variação de 0,05 no coeficiente de Gini é tão importante quanto uma década de crescimento a 2,6% ao ano

Impacto sobre a pobreza: crescimento econômico versus redução no grau de desigualdade



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 e World Bank (1992).

Nota: Linha de pobreza na qual 35% da população é considerada pobre no ano base.

PN-Panamá, MX-México, CO-Colômbia, BO-Bolívia, CR-Costa Rica, VN-Venezuela, UR-Uruguai.

Redução na pobreza: crescimento econômico versus redução no grau de desigualdade

Redução de 15 pontos percentuais na pobreza		Redução de 10 pontos percentuais na pobreza	
Taxa decenal média de crescimento* (%)	Redução no Coeficiente de Gini	Taxa decenal média de crescimento* (%)	Redução no Coeficiente de Gini
-1,6	0,21	-2,9	0,21
-0,8	0,19	-2,2	0,19
-0,1	0,17	-1,7	0,17
1,5	0,11	-0,1	0,11
2,0	0,10	0,5	0,10
2,8	0,08	1,2	0,08
5,1	0,07	2,6	0,07

Fonte: Construída com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 e World Bank (1992).

Nota: *Crescimento contínuo na renda per capita durante uma década necessário para a redução na pobreza.

DESIGUALDADE NO BRASIL:

FATOS, DETERMINANTES E POLÍTICAS DE COMBATE

Parte 3:

**Determinantes da Pobreza:
O Papel do Mercado de Trabalho
e do Sistema Educacional**

**Decomposição da desigualdade salarial
segundo a sua origem**

Origem	Contribuição (%)
Conhecida	59
Gerada pelo mercado de trabalho	11
<i>Discriminação</i>	<i>4</i>
Racial	1
Gênero	3
Segmentação	7
Formal x Informal	1
Setorial	5
Regional	1
Revelada pelo mercado de trabalho	48
Diferenças em experiência	2
Heterogeneidade ocupacional	7
Heterogeneidade educacional	40
Desconhecida	41
Total	100

O mercado de trabalho brasileiro, quando comparado ao dos países industrializados, revela-se mais flexível tanto do ponto de vista salarial quanto alocativo

Estimativas do grau de flexibilidade salarial e alocativa

País	Grau de	
	flexibilidade salarial	flexibilidade alocativa
Brasil	4,0	11,9
Bélgica	-	-
França	-	-
Alemanha	2,6	4,6
Itália	2,0	-
Holanda	3,4	-
Espanha	-	5,0
Reino Unido	1,6	6,6
Austrália	3,8	11,8
Canadá	1,8	8,7
Estados Unidos	2,0	10,3
Áustria	1,8	-
Suécia	-	14,3
Suíça	2,4	-
Coreia do Sul	0,8	-
Noruega	1,6	-
Irlanda	7,2	-

Fonte: *BLANCHFLOWER, D.G; OSWALD, A.J "The wage curve", 1994.

**BARROS, R., et al. "Uma Avaliação Empírica do Grau de Flexibilidade Alocativa do Mercado de Trabalho Brasileiro", 1997.

Explicando o excesso de desigualdade salarial do Brasil: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos

Indicador	Hiato		
	Brasil	Estados Unidos	Brasil-Estados Unidos (%)
Desigualdade salarial total*	1,10	0,64	72
Desigualdade salarial entre trabalhadores com idêntico nível educacional*	0,59	0,55	7
Desigualdade salarial entre trabalhadores com diferentes níveis educacionais*	0,52	0,09	478
Contribuição da educação para a desigualdade salarial (%)	47	15	213
Impacto de um ano a mais de educação sobre o nível salarial (%)	16	10	61
Desigualdade educacional **	20	10	102

Fonte: Lam e Levison (1990).

Notas: * medida pela variância dos logaritmos.

** medida pela variância da escolaridade.

No caso da comparação entre Brasil e Estados Unidos a maior desigualdade salarial brasileira é explicada tanto pela maior desigualdade educacional, quanto pelo maior valor atribuído à educação no mercado de trabalho

**Desigualdade salarial: uma simulação contrafactual
com Brasil e Estados Unidos**

Indicador	Variância dos logaritmos
Desigualdade salarial no Brasil	1,10
Desigualdade salarial que o Brasil teria caso tivesse a desigualdade educacional americana	0,85
Desigualdade salarial que o Brasil teria caso tivesse a desigualdade educacional americana e o mercado de trabalho brasileiro valorizasse a educação da mesma forma que o americano	0,68
Desigualdade salarial nos Estados Unidos	0,64

**No caso da comparação entre Brasil e Coréia
o excesso de desigualdade é explicado pelo
maior valor que o mercado de trabalho
atribui à educação**

**Desigualdade salarial: uma simulação contrafactual
com Brasil e Coréia**

Indicador	Índice de Theil
Desigualdade salarial no Brasil em 1985	0,98
Desigualdade salarial que o Brasil teria caso tivesse a desigualdade educacional da Coréia	1,35
Desigualdade salarial que o Brasil teria caso tivesse a desigualdade educacional da Coréia e o mercado de trabalho valorizasse a educação da mesma forma que o coreano	0,82
Desigualdade salarial na Coréia em 1986	0,34

Tanto no caso da Coréia quanto no caso da Colômbia, houve redução da desigualdade não porque a desigualdade educacional tenha declinado, mas porque a rápida expansão do sistema educacional levou à valorização da educação no mercado de trabalho a declinar

**Desigualdade salarial: uma simulação contrafactual
com Coreia em 1976 e 1986**

Indicador	Índice de Theil
Desigualdade salarial na Coreia em 1976	0,44
Desigualdade salarial que a Coreia teria em 1976 caso tivesse a desigualdade educacional que veio a ter em 1986	0,47
Desigualdade salarial que a Coreia teria em 1976 caso tivesse a desigualdade educacional que veio a ter em 1986 e o mercado de trabalho valorizasse a educação da mesma forma que em 1986	0,35
Desigualdade salarial na Coreia em 1986	0,34

Desigualdade salarial: uma simulação contrafactual com Colômbia em 1976 e 1985

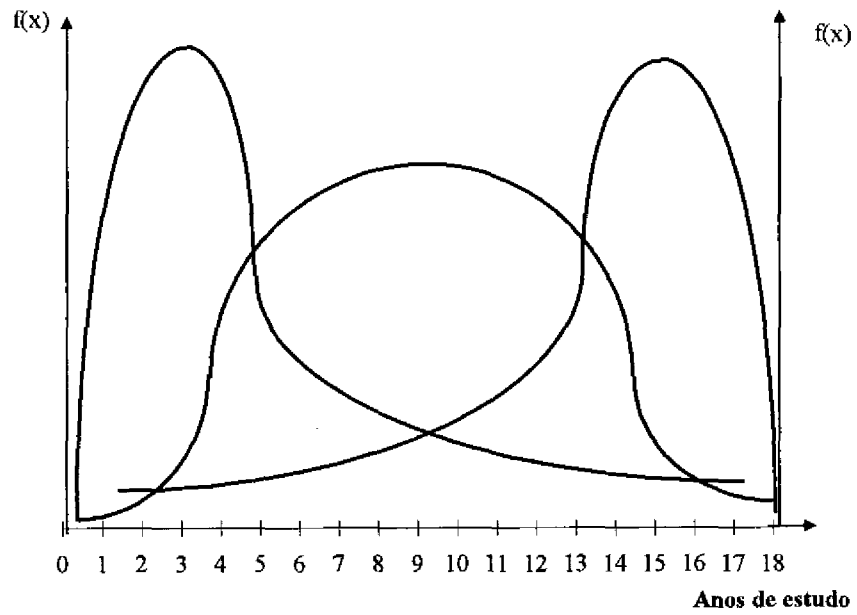
Indicador	Índice de Theil
Desigualdade salarial na Colômbia em 1976	0,55
Desigualdade salarial que a Colômbia teria em 1976 caso tivesse a desigualdade educacional que veio a ter em 1985	0,56
Desigualdade salarial que a Colômbia teria em 1976 caso tivesse a desigualdade educacional que veio a ter em 1985 e o mercado de trabalho valorizasse a educação da mesma forma que em 1985	0,51
Desigualdade salarial na Colômbia em 1985	0,40

**Parte do crescimento da desigualdade no
Brasil nos últimos 25 anos se deve ao
crescimento da desigualdade educacional e à
elevação do valor que o mercado de trabalho
atribui à educação devido à lenta expansão
do sistema educacional**

**Desigualdade salarial: uma simulação contrafactual
com Brasil em 1960 e 1995**

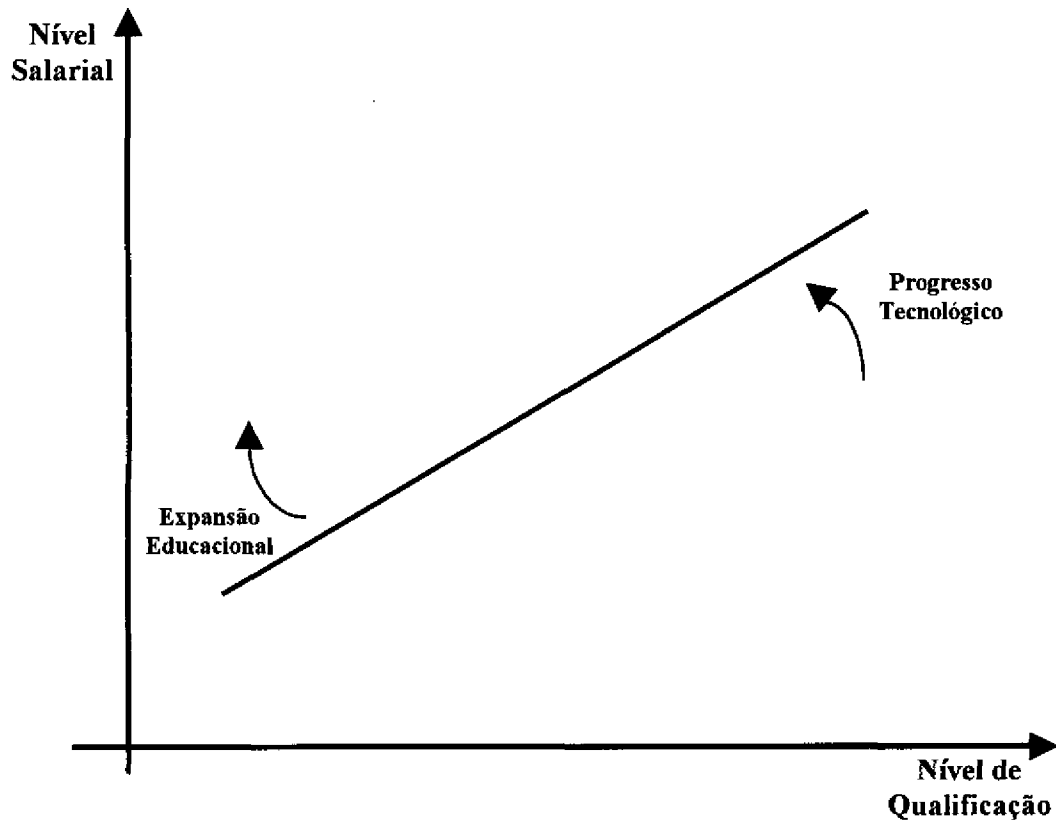
Indicador	Índice de Theil
Desigualdade salarial no Brasil em 1960	0,47
Desigualdade salarial que o Brasil teria em 1960 caso tivesse a desigualdade educacional que veio a ter em 1995	0,50
Desigualdade salarial que o Brasil teria em 1960 caso tivesse a desigualdade educacional que veio a ter em 1995 e o mercado de trabalho valorizasse a educação da mesma forma que em 1995	0,52
Desigualdade salarial no Brasil em 1995	0,71

Densidade da distribuição de educação



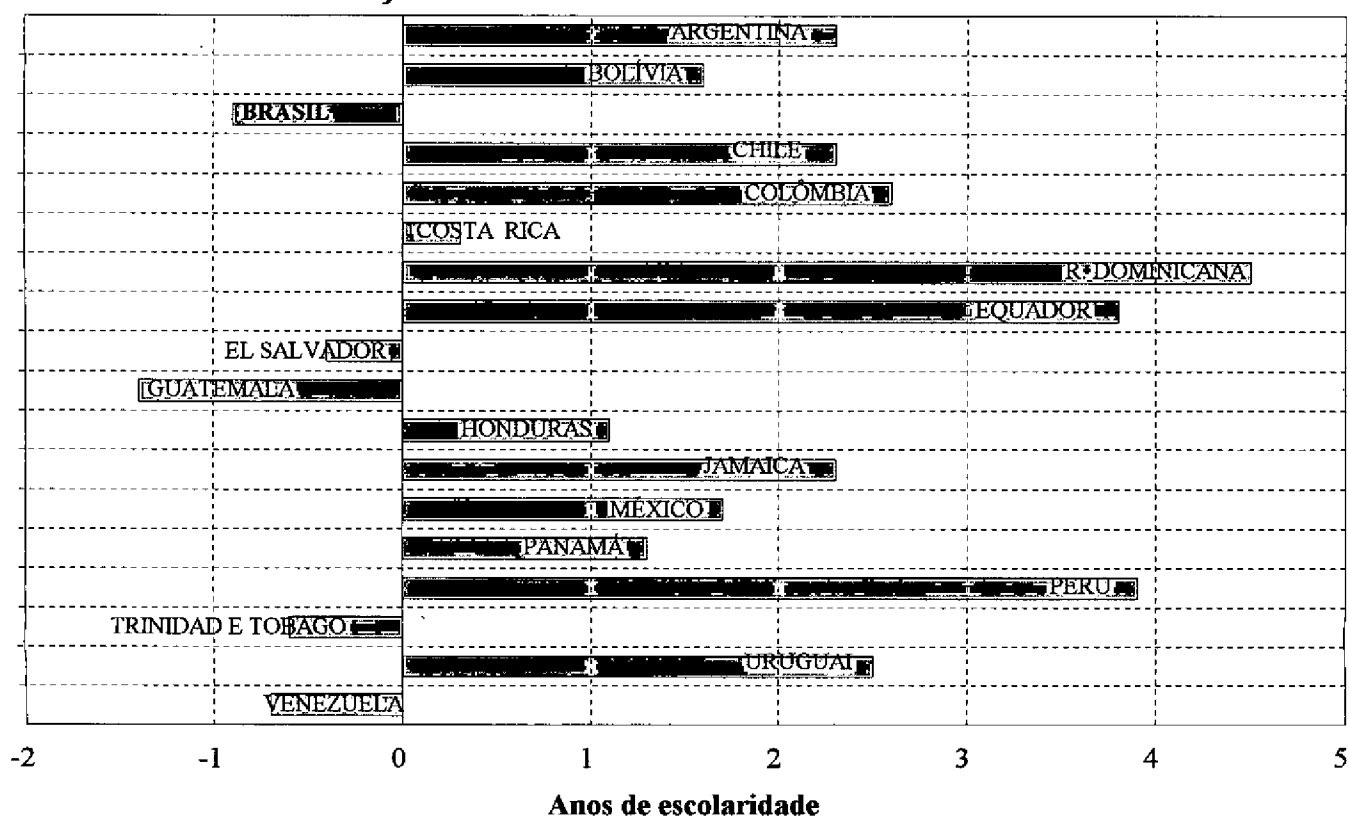
**O valor atribuído pelo mercado de trabalho à
educação declina com a expansão educacional
e eleva-se com o progresso tecnológico**

**O valor da educação no mercado de trabalho:
a corrida entre a expansão educacional
e o progresso tecnológico**



Apesar do Brasil estar entre os países mais ricos da América Latina, seu desempenho educacional é ainda pior do que o observado em países como El Salvador e Guatemala

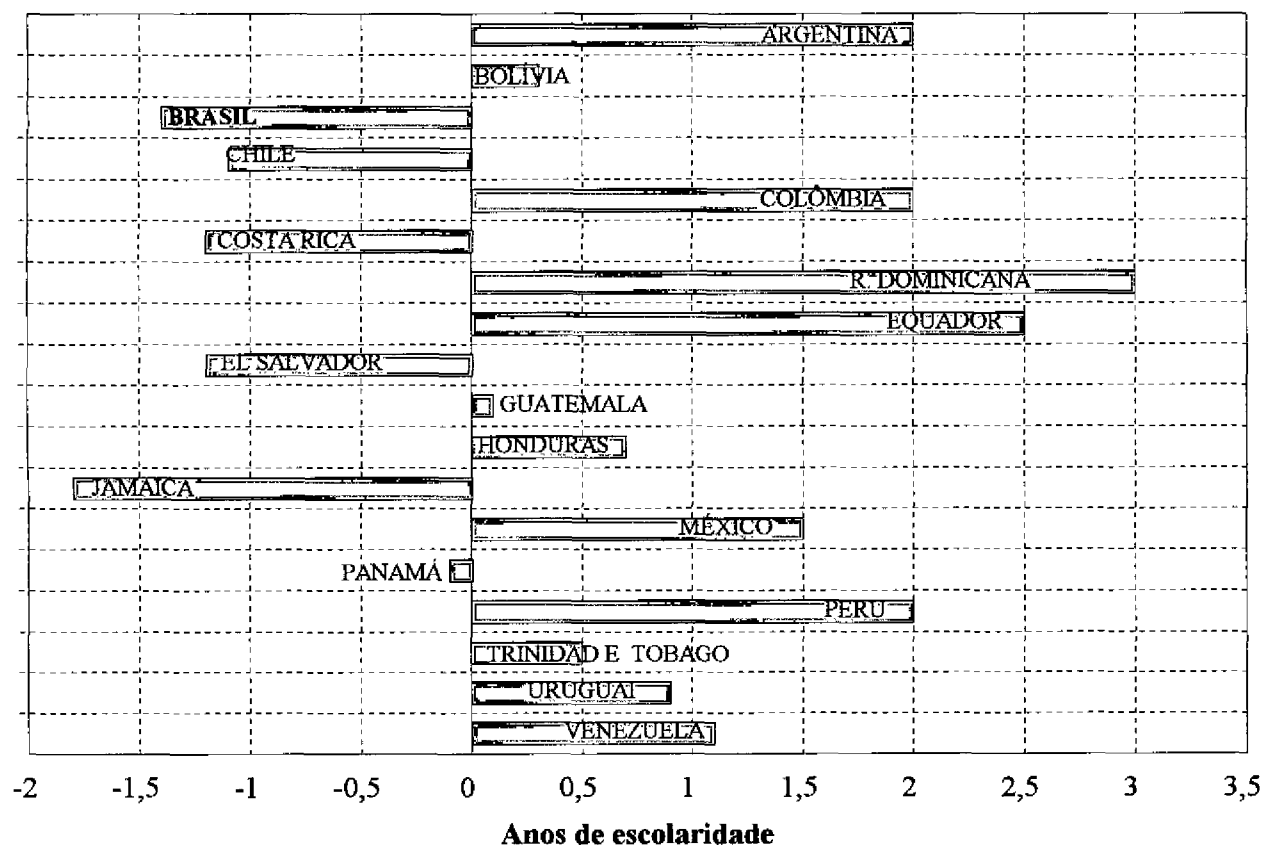
Hiato de escolaridade em relação à norma internacional - 1987



Fonte: Behrman, Jere R. "Investing in Human Resources", in Economic and Social Progress in Latin America 1993 Report, Inter American Development Bank.

**O déficit no nível educacional no Brasil em
relação à norma internacional é um dos
maiores da América Latina**

Hiato de expansão educacional em relação à norma internacional - 1965/87



Fonte: Behrman, Jere R. "Investing in Human Resources", in Economic and Social Progress in Latin America 1993 Report, Inter American Development Bank.

DESIGUALDADE NO BRASIL:

FATOS, DETERMINANTES E POLÍTICAS DE COMBATE

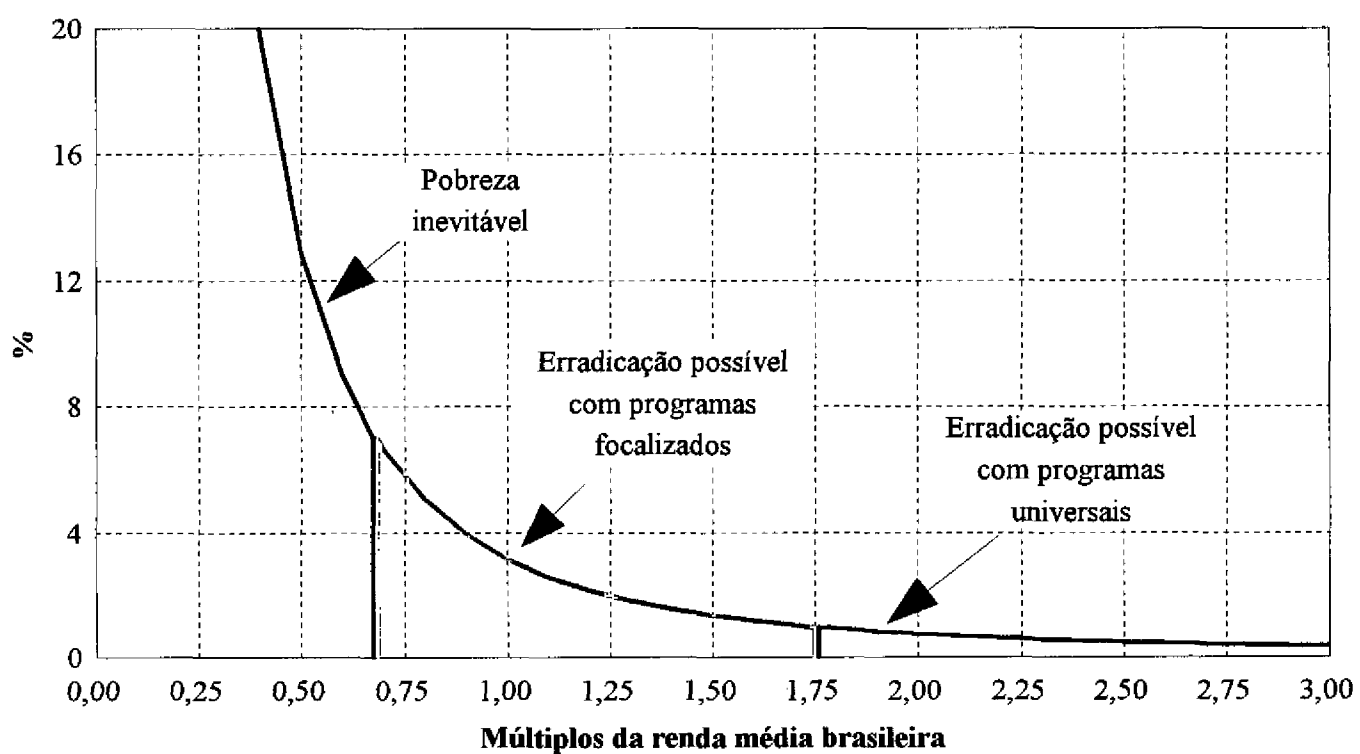
Parte 4:

**Combatendo a Desigualdade e a Pobreza:
O Papel de Programas Compensatórios**

A erradicação da pobreza está ao alcance de países de renda mediana como o Brasil desde que os programas sejam bem focalizados

Para erradicar a pobreza no Brasil é necessário apenas cerca de 3% a 4% da renda nacional

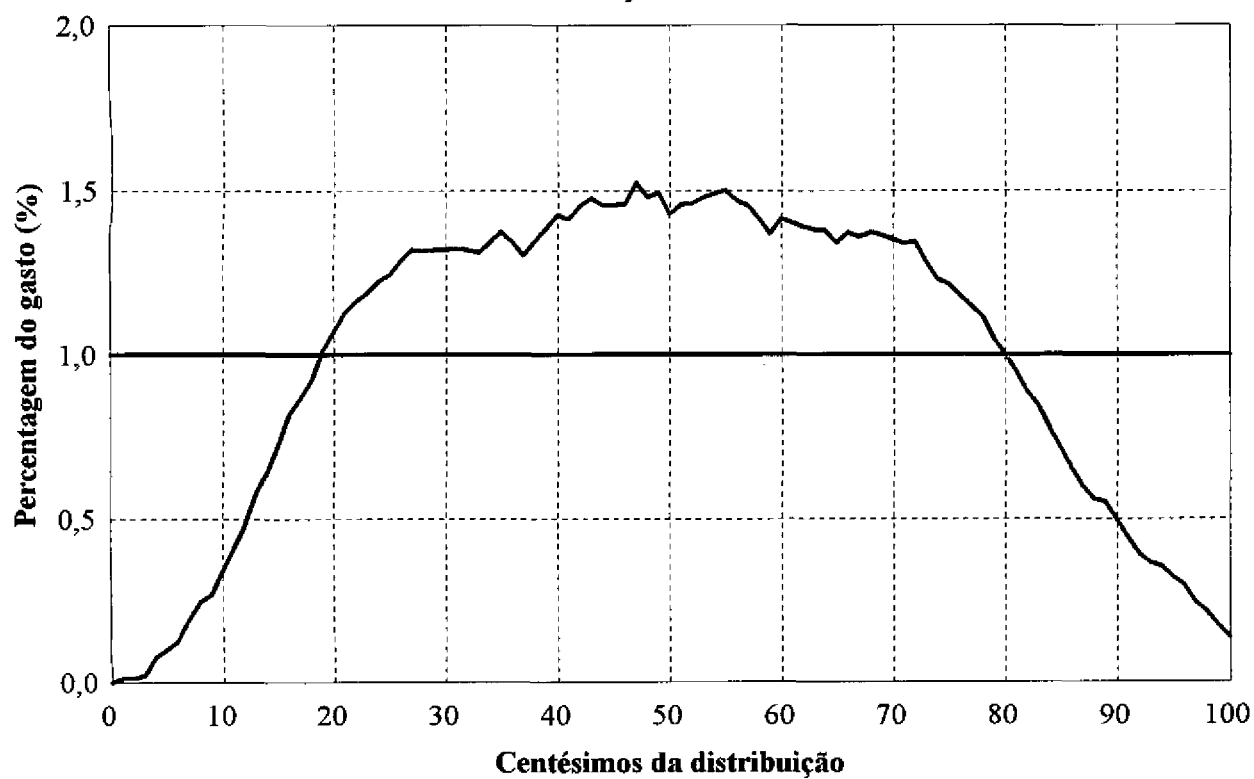
Proporção da renda total necessária para erradicar a pobreza



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995.

Nota: A linha de pobreza utilizada foi de R\$50,00 de setembro de 1995.

Uma avaliação do impacto distributivo do abono salarial: percentagem do gasto alocada a cada centésimo da distribuição de renda



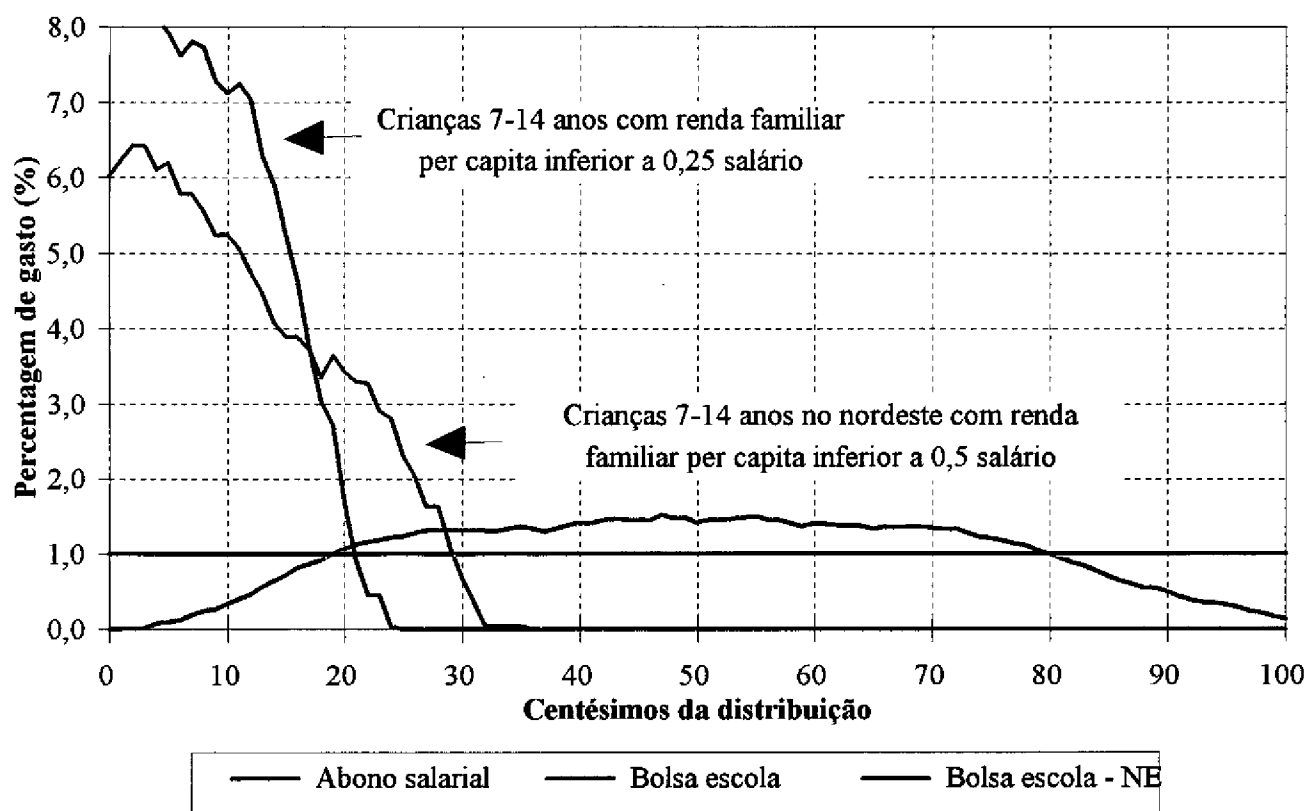
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995.

Nota: A distribuição utilizada é a de indivíduos segundo a renda familiar per capita.

Por exemplo, apenas 18% dos recursos do abono salarial atingem famílias pobres

Caso os recursos do abono salarial fossem utilizados como bolsa escola, o grau de focalização seria 5 vezes maior

O impacto distributivo: abono salarial versus bolsa escola



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995.

Programas compensatórios alternados: abono salarial versus bolsa escola
- eficiência e eficácia -

Indicadores	(%)		
	Abono salarial	Bolsa escola	Bolsa escola - Nordeste
Capacidade	3,3	3,3	3,3
Eficácia	0,6	3,3	3,3
Eficiência	18,7	100,0	100,0

Fonte: Construída com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995.